



LA ESPADA

MAIO/2020
EDIÇÃO 22

REVISTA DO OBSERVATÓRIO DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DA AMÉRICA DO SUL - UNILA

IMPACTOS DA COVID-19

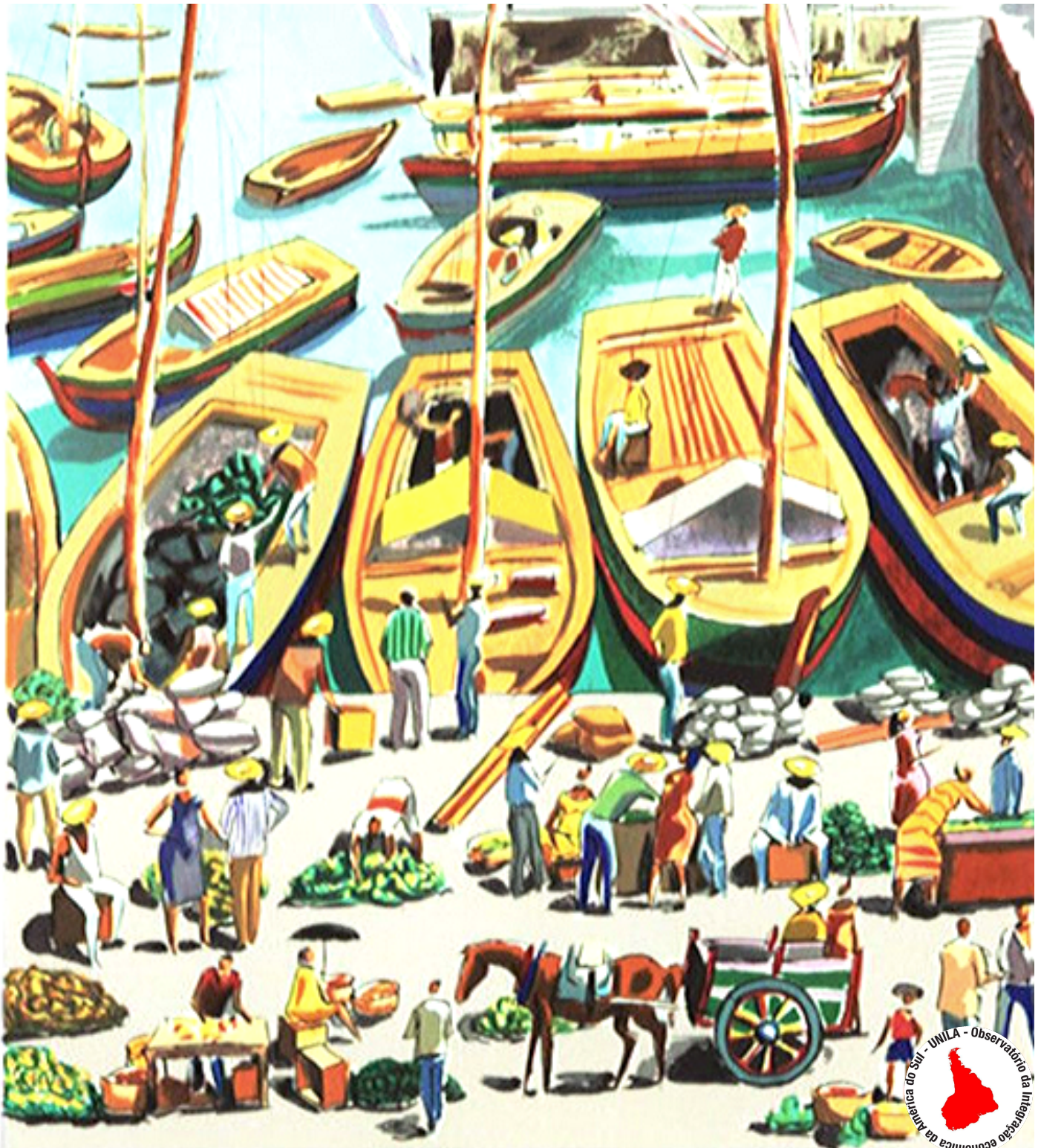
Graves conseqüências sobre a saúde, a economia e as relações internacionais dos países da América Latina

LO QUE VIENE DESPUÉS

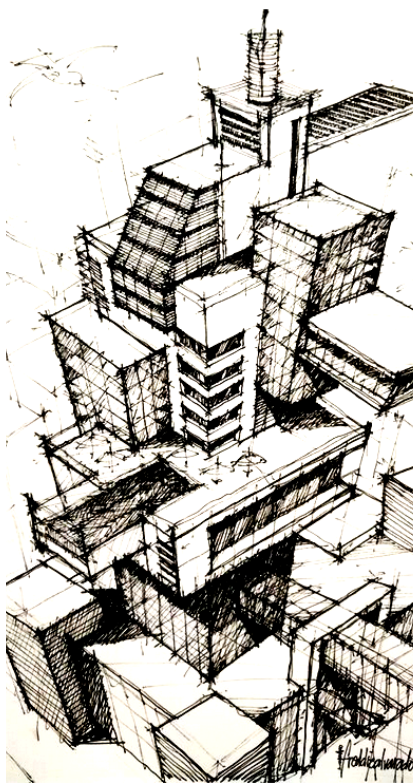
Salida del laberinto latinoamericano no será financiado por estructuras financieras de los países centrales

40 AÑOS DE LA ALADI

La más antigua iniciativa institucional de integración latinoamericana deve reconquistas su gran relevancia



EDITORIAL



EXPEDIENTE

Corpo Editorial:

Daniela Schlogel, Fábio Borges, Félix Pablo Friggeri, Katuska King Mantilla, Lucas Kerr Oliveira, Luciano Wexell Severo (Editor), Mônica Saiz, Silvina Irusta, Sofia Escobar Samurio e Wolney Roberto Carvalho (*in memoriam*)

Contato:

laespada@gmail.com

Instagram:

@obiesur

Endereço:

Parque Tecnológico Itaípu (PTI). Av. Tancredo Neves, 6731. Bloco 4 espaço 2 sala 13. CEP: 85867-900 - Foz do Iguaçu-PR-Brasil

É complicado e soa estranho escrever sobre economia, dívidas, taxas de juros, comércio e investimentos no meio de uma inédita e preocupante quarentena. Mas é obrigatório seguir pensando no que vem depois da COVID-19. Será um depois novo; talvez melhor. Este número de **La Espada** busca contribuir com essa discussão, que deve ganhar força e forma entre os intelectuais comprometidos com a construção de Pátrias livres e soberanas na América Latina, assim como com a luta por uma região integrada e coesa como bloco de poder no mundo.

O Observatório da Integração Econômica da América do Sul (OBIESUR) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) começou a nascer em 2011. Em 2012, foi lançado o boletim **La Espada**, projeto que envolveu dezenas de estudantes e professores durante quase dois anos. Foram publicados 18 números mensais até 2014. Era outra UNILA, com muito menos docentes, discentes e técnicos. Também era bem distinto o cenário nacional, regional e global. A atual onda reacionária parecia tão distante.

O andar da carruagem foi moldando o **La Espada**; abordou sobretudo a conjuntura social, política e econômica dos países da região. Assim, estabeleceu-se como boletim de “Economia e Política dos estudantes da UNILA”. Alcançou um alto nível de elaboração graças aos seus integrantes. Foi lido e celebrado por centenas de interessados.

Seguindo com o plano do Observatório da Integração Econômica, entre 2014 e 2016, alunos dos cursos de Economia e de Relações Internacionais elaboraram Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Depois deste acúmulo, em 2017, o OBIESUR foi formalizado. Vieram iniciações científicas, dissertações, artigos publicados e apresentações em seminários, além de novos TCCs. Em 2019, houve nova tentativa de reativar o **La Espada**, ampliando a abordagem para “Economia, Política e Sociedade”. Foram publicados três números, envolvendo outros estudantes e professores. Apesar dos esforços, prevaleceram as dificuldades para manter o projeto nos novos moldes propostos. Hoje, depois de quase 10 anos, as iniciativas do OBIESUR e do **La Espada** se reencontram. O Observatório ganha uma Revista mensal. Além de professores e técnicos, estão envolvidos alunos da graduação, da pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) e, ainda, profissionais formados pela UNILA. A estrutura terá seis sessões: 1) Conjuntura (mutante a cada edição); 2) Integração (elementos teóricos, aspectos históricos e instituições); 3) Integração Comercial; 4) Produtiva; 5) Financeira; e 6) de Infraestrutura. Serão cerca de dez textos curtos por edição. Os leitores tem em mãos o **La Espada** 22, primeiro número desta nova etapa. Que sejam muitas e boas as edições. Uma Revista pela integração e a libertação da Nossa América. Boa leitura!

ÍNDICE

CONJUNTURA

IMPACTOS ECONÔMICOS DA COVID-19 04
FÁBIO BORGES

INTEGRAÇÃO

REALISMO, SISTEMA INTERNACIONAL E INTEGRAÇÃO 06
HELITTON CHRISTTOFER CARNEIRO

IRMÃOS SEJAM UNIDOS 08
BENJAMÍN CUEVAS

INTEGRAÇÃO FINANCEIRA

LO QUE VIENE DESPUÉS 10
LUCIANO WEXELL SEVERO

INTEGRAÇÃO COMERCIAL

ALADI CUMPLE 40 AÑOS 12
SOFÍA ESCOBAR SAMURIO

COMÉRCIO INTRARREGIONAL DO BRASIL E ASSIMETRIAS 14
CAMILA CARESIA WEXELL SEVERO

INTEGRAÇÃO PRODUTIVA

CAMINHOS MANUFATUREIROS 16
CLÁUDIO MAGALHÃES SANTANA

MAQUILADORAS NO PARAGUAI 18
DANIELA SCHLOGEL

INTEGRAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

INTEGRACIÓN ENERGÉTICA REGIONAL 20
ASTRID YANET AGUILERA CAZALBÓN

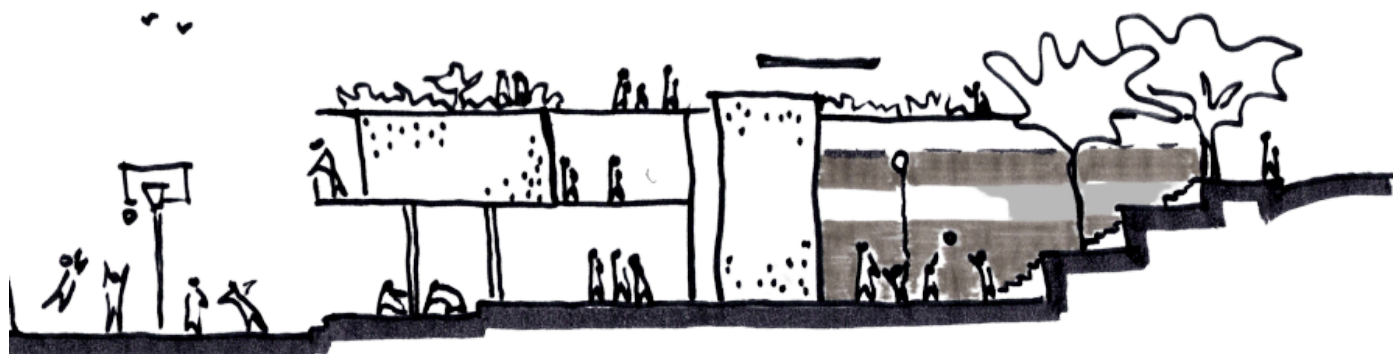
ROMPER A MEDITERRANEIDADE 22
CARLA PAULINO DA COSTA FERES



IMPACTOS ECONÔMICOS DA COVID-19

Relações Internacionais e América Latina

Fábio Borges*



No dia 29 de abril de 2020 foi divulgado que mais de 3 milhões de pessoas foram contagiadas pelo COVID-19 no mundo com mais de 228 mil mortes e aproximadamente 986 mil casos de recuperação. Os impactos na saúde e na economia mundiais são assustadores. Diante desse cenário é difícil fazer uma análise definitiva, pois tudo está em curso e com muitas incertezas. Mas propomos três perguntas iniciais: 1- Qual a importância da pandemia do Covid-19 como um marco histórico? 2- As Relações Internacionais (RI) se tornarão mais conflitivas e nacionalistas ou mais cooperativas e multilaterais depois dessa tragédia? 3- Que impactos a América Latina e Caribe (ALC) sofrerão com a pandemia?

Em relação à primeira questão, o jornalista Jamil Chade afirmou que pela primeira vez na história uma Olimpíada foi adiada; políticos foram infectados e

levados para UTIs e argumentou que “blindada de tantas doenças que continuam a atingir bilhões de pessoas pelo mundo, a elite descobriu que também é mortal”. Mas ponderou que existem enormes diferenças entre 1929 e 2020. Em suas palavras diz que “a partir daquele ano e até 1932, o PIB mundial perdeu cerca de 50% de seu valor. Tampouco é o caso de se comparar à Gripe Espanhola, quando 2,8% da população da terra morreu”. Para a economia mundial os impactos serão diferentes da crise de 1929, mas ainda é muito difícil medir sua extensão e comparar. Porém, um elemento parece semelhante: poderá ser uma virada na hegemonia do pensamento econômico dos últimos 50 anos, claramente com predomínio da visão neoliberal.

Na atual pandemia ficou difícil até para os mais entusiastas do neoliberalismo, como o ministro de economia do Brasil, Paulo Guedes, defender que o mercado

seria o instrumento adequado para enfrentar a crise. As ideias de Keynes ressuscitam em todas as partes, pois, de forma sábia e sensível à crise de 1929, o economista inglês, refletindo sobre as ideias liberais de possibilidade de o mercado se autorregular antes do longo prazo, respondia ironicamente que no “longo prazo estaremos todos mortos”. Interessante notar que os grandes jogadores do tabuleiro mundial já vinham adotando políticas mais intervencionistas e protecionistas antes da pandemia, como por exemplo Estados Unidos, União Europeia e em certo sentido China, que nunca se abriu completamente. Dessa forma, também se conclui que são incertos os rumos da hegemonia do pensamento econômico.

Retomando a segunda pergunta, minha perspectiva talvez vá de encontro à maioria dos analistas que afirmam que a postura dos Estados Unidos demonstraria

a tendência geral, com posições egoístas e esvaziando seu aporte financeiro à Organização Mundial da Saúde (OMS). Por outro lado, em artigo recente intitulado “*Is China winning?*”, a revista *The Economist* tece algumas reflexões sobre se a China sairia fortalecida da pandemia no Sistema Inter-nacional (SI). A publicação inicia problematizando se a postura inicial do governo chinês poderia representar um novo Chernobyl. O artigo vai em outra direção, dizendo que depois de um início desastroso com a perseguição e posterior falecimento do médico chinês que denunciou o COVID-19, e que afetou negativamente a reputação do país no SI, se abriu a possibilidade da China ser o grande exemplo e protagonista da cooperação internacional no combate ao vírus. Em primeiro lugar, pelo êxito interno que para um país das dimensões da China, ela conseguiu ter menos casos e óbitos do que vários países do ocidente. Em segundo lugar tem sido o país que mais doa ou vende equipamentos médicos ao mundo para o combate ao COVID-19. *The Economist*, por outro lado, argumentou que os números apresentados pela China não seriam totalmente confiáveis para termos segurança do seu sucesso e que a crise a mundial afetará também fortemente a economia chinesa, tão integra-

e dependente do SI, tanto nas exportações quanto nas importações. Porém, conclui que o resultado é que a China realmente terá um protagonismo, ainda mais pelo abandono dos Estados Unidos da ambição de ter a posição de *paymaster* do SI, que caracterizou a sua atuação na segunda metade do século XX.

Essa perspectiva padece das limitações de uma análise eurocêntrica. É obvio que a China não reproduzirá o padrão de política externa dos Estados Unidos no SI. A história da Política Externa chinesa é milenar e eles foram mais avançados do que qualquer outra região do mundo em termos econômicos, tecnológicos e militares por pelo menos vários séculos antes da Revolução Industrial inglesa, por volta de 1760.

A Guerra do Ópio e as humilhações sofridas pela China em relação à Inglaterra no século XIX vão marcar até hoje suas linhas mestras de atuação no SI. Foi muito importante o acordo com a Índia, em 1954, que resultou nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. Em geral, negociar com a China significa relações pautadas pela busca de ganhos mútuos, reciprocidade e horizontalidade (um dos elementos fundamentais que caracterizam a cooperação Sul-Sul em comparação à cooperação Norte-Sul que é marcadamente assimétrica e condicionada). Para finalizar, mas

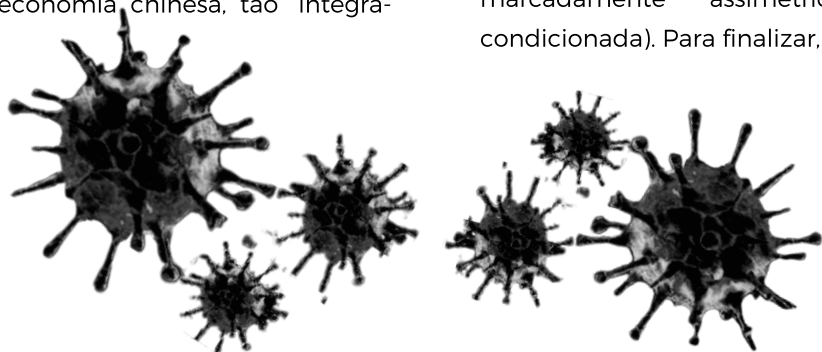
longe de esgotar o tema, vamos à terceira pergunta, que busca inferir quais serão os impactos da COVID-19 na ALC. A CEPAL fez um importante informe sobre esse tema em que afirmava que a “*América Latina y Caribe enfrenta la pandemia desde una posición más débil que la del resto del mundo*”. A pobreza e a pobreza extrema na região já vinham crescendo entre 2014 e 2018 e, agora, tendem a aumentar ainda mais no curto prazo. Óbvio e ululante, mas necessário de dizer.

Justamente por esse contexto ávido por políticas anticíclicas isso pode representar uma boa oportunidade para a “antiga” CEPAL retomar seu protagonismo na região como organismo que desenhava políticas intervencionistas visando a superação do subdesenvolvimento. Também poderá ser relevante por seu método histórico estruturalista que permite análises específicas de cada caso.

A vulnerabilidade externa e a dependência tecnológica continuam patentes em nossa região, chegando ao ponto vexaminoso de termos que importar máscaras de proteção hospitalar, as quais exigem tecnologias rudimentares.

Tanto para as RIs quanto para a ALC essa pandemia trará dor, mas também nos abrirá os olhos “mais cedo ou mais tarde” para a necessidade de cooperação internacional e de projetos nacionais de desenvolvimento dignos e inteligentes.

*** Docente do PPG-ICAL/UNILA e Coordenador do Observatório dos BRICS. Coordenador do Grupo de Pesquisa Descolonizando as RIs.**





REALISMO, SISTEMA INTERNACIONAL E INTEGRAÇÃO

Desde uma perspectiva sul-americana

Helitton Carneiro*

A corrente teórica clássica do realismo nas relações internacionais considera o Sistema Internacional o palco geopolítico onde as nações, munidas de suas estratégias de desenvolvimento - ou não - anseiam por melhores postos na estrutura hierárquica do Sistema. Neste sentido, o seu funcionamento caracteriza-se por ser expansivo, concentrador de poder, anárquico e mutável.

Dada sua natureza, as guerras possuem um destacado papel na formação dos Estados nacionais e de suas respectivas capacidades burocráticas. Nos dias atuais, é indiscutível a dimensão global alcançada pelo poderio de algumas nações, fato possibilitado inicialmente pela difusão da lógica capitalista aos mais longínquos territórios do globo. Mesmo que de maneira desigual, sobretudo em relação a ganhos do progresso técnico-científico, o fenômeno da globalização dos mercados e das relações produtivas, a partir do século XV,

elevou progressivamente a escala de poder dos Estados nacionais a um patamar jamais alcançado na história. Tal transformação tornou mais frequente a ocorrência de conflitos globais.

Outra importante característica de destaque é a impossibilidade de manter-se neutro nesse tipo de ambiente concorrencial. É a ideia de que "quem não sobe, cai", em clara alusão à natureza competitiva do Sistema, que não permite às nações atuar idealisticamente sem sofrer consequências em relação ao poder que detém e à autonomia que buscam.

Contemporaneamente, o Sistema caracteriza-se pela ascensão de inúmeros polos de poder regionais. O fenômeno da multipolaridade elevou o grau de complexidade das relações internacionais. Apesar da sua irrefutável existência, a multipolaridade é um fenômeno relativamente recente e historicamente atípico, pois apesar das constantes disputas, quase sem-

pre uma determinada nação exercia seu poder e sua condição hegemônica em relação às demais.

A hierarquia do Sistema pode ser subdividida em três agrupamentos de países de natureza e capacidades distintas: centro, semiperiferia e periferia. Cada uma protege-se das adversidades de uma determinada maneira. Algumas atuam de forma implacável e outras debilmente, a depender das estratégias nacionais, das condições materiais e simbólicas que dispõem para implementá-las, ou ainda de um contexto internacional oportuno.

O centro é caracterizado pelos poucos países que conseguiram, ao longo do seu processo histórico de desenvolvimento, escalar e consolidar-se nas primeiras colocações da hierarquia internacional em termos produtivos, tecnológicos, científicos e militares. Algumas estratégias foram importantes para estas nações atingirem a

condição de país central. Seja através do desenvolvimento associado, ou à convite, ou por meio da imposição de sua estratégia nacional de desenvolvimento frente às demais nações, os países centrais ocupam posições privilegiadas nos processos decisórios internacionais. A prerrogativa principal é manter-se bem posicionado, e se possível, distanciar-se dos demais players, em especial, do grupo dos países semiperiféricos emergentes. Para lograr êxito em suas respectivas estratégias, sintonizam politicamente seus discursos e prescrevem uma cartilha universal composta por políticas e instituições que se distanciam - e muito - das praticadas durante seus respectivos processos de desenvolvimento.

O segundo grupo insere-se entre os extremos opostos da estrutura piramidal do Sistema. Tratam-se dos países semiperiféricos. A diferença fundamental entre estes e os periféricos fundamenta-se, substancialmente, no seu potencial realizável de contestação. As nações semiperiféricas são aquelas que poderão, desde que superem os novos e velhos desafios internos e externos que lhes são constantemente postos, realizar

novos e velhos desafios internos e externos que lhes são constantemente postos, realizar as potencialidades das quais são dotadas. Alguns países claramente se encaixam neste agrupamento, como por exemplo: China, Rússia, Índia e Brasil. Tais nações são caracterizadas por certo grau de protagonismo - dada a importância política regional e dimensão econômica que possuem - e alguns deles, em clara trajetória ascendente de poder global, transcendendo os limites regionais.

Algumas de suas peculiaridades comuns são a considerável extensão territorial, o quantitativo populacional significativo, a dotação de grandes mercados, a posse de importantes riquezas naturais, entre outras. Mesmo possuindo inúmeras vantagens estratégicas, quase sempre encontram obstáculos que os impedem de ascender. Neste sentido, guerras híbridas, cyber ataques, Revoluções Coloridas, retaliações políticas e sanções econômicas, Trade War, financiamento internacional de processos separatistas e de ONGs internacionais, espionagem e sabotagem tecnológico-industrial, entre outras atividades, são exemplos dos desafios enfrentados pela semiperiferia.

Por fim, a base da estrutura piramidal do Sistema Internacional é formada pelo grande grupo de países periféricos. Desprovidos de recursos mínimos que os permitam contestar sozinhos o establishment internacional, possuem menor relevância na esfera de poder, principalmente quando considerados isoladamente.

Por esta razão, os processos de integração seriam alternativas para o desenvolvimento das nações periféricas. Em específico, um processo de integração regional que busque fortalecer o conjunto dos países e apear as disparidades intragrupo, de natureza econômica, política e social.

Desta maneira, a integração regional pode, se exitosa e benéfica para todas as economias envolvidas, viabilizar um reposicionamento positivo dos países periféricos dentro do sistema internacional. Porém, para lograr êxito na construção do projeto, deve haver cautela e clareza na articulação dos objetivos comuns, sobretudo de parte do país que naturalmente liderará o processo.

*** Economista. Mestrando do PPG-E/UNILA. Pesquisador do OBIESUR.**



OS IRMÃOS SEJAM UNIDOS

Um breve recorrido pela história da integração econômica entre Argentina e Brasil

Benjamín Cuevas*

Atualmente, Argentina e Brasil são as maiores e mais integradas economias da América do Sul, revelando uma elevada interdependência de longa trajetória. Muitas vezes, acredita-se que esses laços fraternos datam dos primeiros acordos que deram vida ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), na década de 1990, tais como o Tratado de Assunção (1991) e o Protocolo de Ouro Preto (1994). No entanto, propomos uma breve revisão histórica dos passos que contribuíram para a construção desse frutífero vínculo.

Durante a formação dos Estados da América Latina, ao longo do século XIX, conflitos políticos e territoriais criavam um clima de tensões entre a República Argentina e o Império do Brasil. Já concluída a guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), diferentes eventos - como o conflito pelo Chaco Boreal (1878) e a disputa pelo território das Missões (1882-1895) - fizeram com que crescesse uma desconfiança mútua, que conduziu ambas as nações a uma corrida armamentista. Esse período, reconhecido pela literatura como de "paz armada", apesar dos atritos diplomáticos, foi o berço dos primeiros entendimentos entre sucessivos presidentes argentinos (Avella-



nada e Roca) e o imperador Pedro II.

Já na primeira década do século XX, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Barão do Rio Branco, propôs o primeiro grande tratado para afirmar a paz no Cone Sul. Tratou-se do esboço do Pacto ABC, uma tentativa de estreitar os laços diplomáticos e de solidariedade entre Argentina, Brasil e Chile, a fim de conformar um contrapeso aos Estados Unidos. "Isso nos mostrará unidos aos olhos do mundo", assegurava Rio Branco. Embora a iniciativa não tenha sido formalizada, houve resultados concretos de aproximação e iniciou-se o constante espírito de cooperação entre essas nações, sobretudo as primeiras. Do lado argentino, o presidente Roque Sáenz Peña (1910-1914) entendia que fortalecer os vínculos com o Brasil seria essencial para garantir a paz e a prosperidade de ambos os povos. Essa convicção ficou imortalizada

nas suas palavras: "todo nos une, nada nos separa".

As bases se consolidaram pouco a pouco, assim como as relações comerciais. Não obstante, a instabilidade política mundial e regional dificultaram as aproximações bilaterais por várias décadas. Só após o fim da Segunda Guerra Mundial houve uma mudança de cenário e coincidiram quadros políticos convencidos da importância da integração. Por um lado, Juan Domingo Perón e, por outro, Getúlio Vargas. Em 1945, inaugurou-se a ponte internacional entre Uruguiana e Paso de los Libres. Nesse período, houve um grande aumento da interdependência econômica, assim como as primeiras perspectivas para a conformação de uma União Aduaneira. Criaram-se, inclusive, acordos para a utilização de uma única moeda, assim como uma autorização de navegação para frotas mercantes

exclusiva às duas bandeiras. Em 1953, Perón advertiu que “o ano 2000 nos encontraria unidos ou dominados”.

Getúlio se suicida em 1954 e no ano seguinte Perón sofre um golpe militar. Mas a semente já estava plantada. Em 1958, o presidente Arturo Frondizi, do Partido Radical, melhorou ainda mais os entendimentos com Juscelino Kubitschek e, depois, com Jânio Quadros e João Goulart. Em 1961, celebrou-se a Declaração de Uruguiana, consolidando a crescente aproximação política e diplomática, além de um pacto financeiro e comercial.

A possibilidade de que a união dos dois países consolidasse um polo de poder no Sul jamais deixaria de perturbar os interesses estadunidenses na região, motivo pelo qual houve grande esforço para desintegrá-la. Em 1962, Frondizi foi deposto pelas Forças Armadas e em 1964 foi a vez de Goulart. A instabilidade política entorpeceu novamente os processos de integração e cooperação bilateral, que só voltariam a ter maior intensidade

com a chegada da democracia nos anos 1980. Com o fim das ditaduras, Raúl Alfonsín (1983), na Argentina e José Sarney (1985), no Brasil, retomaram os bons entendimentos. Em 1985, concluiu-se a obra da ponte Tancredo Neves, que une as cidades de Puerto Iguazú e Foz do Iguaçu. Nessa ocasião, começaram as conversações da Ata para a Integração Brasil-Argentina que, em 1986, daria início a uma coordenação em matéria econômica ainda mais abrangente. Foram dados os primeiros passos para a efetiva conformação do mercado comum, assim como o planejamento de mecanismos para mantê-lo equilibrado, somado à implementação de novas alternativas de financiamento e moedas-convênio. Surgiram, também, acordos de cooperação nuclear, aeronáutica, aeroespacial, naval e tecnológica, visando diminuir tanto a dependência quanto a vulnerabilidade.

Seguindo esse impulso, em 1988 foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento a fim de estabelecer maior coordenação no que diz respeito a políticas macroeconômicas, industriais, agropecuárias e aduaneiras. Na chegada dos anos 1990, o Consenso de Washington e a hegemonia estadunidense modificaram as ideias integracionistas. Carlos Menem (1989-1999) e Fernando Collor de Mello (1990-1992), seguido por Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), atropelaram a década com políticas econômicas de abertura econômica, ajuste, privatização e miséria. No entanto, houve dois elementos que

possibilitaram a virada inesperada: a notável preocupação pela efetivação da ALCA, interpretada, principalmente pelo Brasil, como uma extensão do NAFTA; e o vigor da tendência ao livre mercado, que caracterizou aquele contexto. Ambas as questões, longe de possuir um transfundo social, senão meramente comercial, aceleraram as negociações para concretizar e formalizar um bloco econômico que estabelecesse o tão desejado mercado comum. Nascia, em 1994, o MERCOSUL com a participação conjunta do Uruguai e do Paraguai.

Os anos 2000, por sua parte, foram testemunhos de enormes avanços em relação à integração econômica, em sintonia com a grande maioria dos países da América do Sul. Este período exige uma abordagem mais ampla, que será apresentada em outra oportunidade.

Atualmente, afastadas dos melhores laços diplomáticos, com amplas diferenças políticas e menores vínculos comerciais, as duas nações irmãs se encontram diante do desafio de superar mais uma vez as barreiras que a história lhes impõe.

Ainda assim, sobram evidências de que tanto o apreço de um pelo outro, quanto a consciência das vantagens da união, possuem mais força do que qualquer ataque a um destino fraterno. Como sentenciou o gaúcho Martín Fierro, tudo será possível enquanto “os irmãos estejam unidos, porque essa é a lei primeira”.

*** Discente de Economia-UNILA e pesquisador do OBIESUR.**



LO QUE VIENE DESPUÉS

La pandemia puede obligarnos a unirnos

Luciano Wexell Severo*

La situación de los países suramericanos es extremadamente compleja. Desde los últimos años, por general, el cuadro es de parálisis productiva, estancamiento del empleo, pérdida del poder de compra de los salarios, creciente exclusión social, reducción de las inversiones, primarización de las pautas exportadoras, privatización de bienes públicos, fuga de capitales, devaluación de las monedas nacionales y endeudamiento externo. Las recientes explosiones sociales en diversos países lo constatan. Y viene más.

El nuevo escenario resultante de la pandemia de la COVID-19 es tremendo. Los organismos internacionales prevén una caída del 5,5% del PIB de América Latina y el Caribe en el 2020. Se estima la llegada de una crisis de profundas proporciones, comparable con la depresión de los años 1930. Podría, incluso, tratarse del inicio de una nueva década perdida. Se recuerda que la economía de la región creció menos en el período 2010-19 (1,5%) que durante 1980-89 (1,7%) y mecho menos que entre 1990-1999 (2,9%).

Desgraciadamente, hoy día y por ahora, pareciera que el camino solitario de salvación para los países suramericanos sea más razonable y probable, principalmente por la preponderancia de gobiernos cercanos o asociados a Washington.



Además, con una perspectiva colonizada, muchas de esas administraciones encarnan un avinagrado sentimiento de revancha en contra del esfuerzo emancipador, integracionista y autonomista de los años 2000.

No obstante, por fortuna, la historia no camina siguiendo líneas rectas. La disminución del comercio internacional, la caída de los precios de las commodities y la escasez de dólares podrán hacer con que existan cambios de rutas. Por ejemplo, la crisis podrá hacer recordar de algunos exitosos instrumentos de comercio compensado en la región. En contra de todos los pronósticos, volverían a ser utilizados el Convenio de Créditos Recíprocos (CCR) de ALADI o el Sistema de Monedas Locales (SML) del Mercosur. Dice el sabio dicho popular que la ocasión hace al ladrón.

El comercio intrarregional actualmente está en uno de sus niveles históricos más bajos: solo un 9,9% de las exportaciones de los países suramericanos son destinadas hacia sus vecinos. En 2010 eran 16,4%. La coyuntura

pocas veces estuvo tan lejos de lo soñado por integracionistas: hay fragmentación política sumada a una baja y decreciente interdependencia económica. Empero, el intercambio podría ser retomado, incluso como forma desesperada de los países de consumir bienes de las economías vecinas sin la obligatoriedad de utilizar dólares en las transacciones. Es decir, en una situación extremada, todo dependería mucho más del tamaño de las crisis, de las necesidades materiales, reales, que de los humores de las autoridades gubernamentales.

La presumible carencia progresiva de divisas, al potencializar el interés por transacciones comerciales intrarregionales, demandaría el fortalecimiento de las conexiones físicas, de infraestructura. Como la crisis continuará, el movimiento de acercamiento regional haría parte del esfuerzo de reestructuración. Con el tiempo, el comercio entre vecinos podría impulsar, incluso, la articulación de cadenas industriales, la integración productiva, incluyendo a coope-rativas, pequeñas, medianas y hasta grandes empresas. Sin dudas, toda esa alegoría parece muy distante.

A los incrédulos se les debe mencionar que el pensamiento de industrialización por sustitución de importaciones, de intervención y planificación

estatal no muere. La marca de la secular odisea de la Economía Política es la coexistencia de Estado y mercado. La necesidad de más Estado se consolidó exactamente entre 1914 y 1945, después del liberalismo de inicio del siglo. En los años 1990, ante el sombrío desplome de la URSS y las aperturas comerciales y financieras en todo el planeta, solamente poetas o médiums pudieron pronosticar que en tan poco tiempo el continente sería barrido por un vendaval progresista. Además, como se sabe, las depresiones amplían el grado de permisividad del Sistema Internacional, y la posibilidad de que las naciones contestadoras se muevan en la jerarquía mundial. La historia de América Latina y su gente es exactamente esa: caer y levantarse, hundirse y empinarse.

Quizás el desastroso escenario de pandemia, de caos y muerte, asociado a la situación heredada de los años anteriores, de privatización y exclusión, cumpla un doble rol. La COVID-19 podría ayudar a barrer a gobiernos neoliberales y sus políticas de

concentración de riqueza, ante su total incapacidad de responder y solucionar a los crecientes problemas de las mayorías. O podría contribuir para rescatar la comprensión acerca de la necesidad de integración de América del Sur. Obviamente existe la probabilidad de que las salidas post-pandemia no sean virtuosas y que se profundice el actual estado de degeneración, incluso reforzado por mecanismos de represión y control todavía más fuertes. En los momentos de mayor aprieto, las economías suramericanas contaron mucho más con iniciativas propias e instrumentos regionales, como el Convenio de Créditos Recíprocos (CCR) de ALADI o el Fondo Latinoamericano de Reservas (FLAR). Hoy se nota como hubiera sido importante ejecutar las proposiciones de los presidentes progresistas de crear un Banco del Sur, de fortalecer el Fondo de Convergencia Estructural del Mercosur (Focem), de intensificar los intercambios comerciales vía compensación o de potencializar un fondo de reservas del Sur.

Ojalá el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y el Banco de Desarrollo de América Latina (CAF, antigua Corporación Andina de Fomento) cumplan algún rol positivo.

Es evidente que el camino de escape del laberinto de los países suramericanos no será financiado principalmente por las estructuras tradicionales. Es urgente, por lo tanto, crear una nueva arquitectura financiera regional. Impulsar mecanismos regionales de financiamiento, de corto y largo plazo, y formas de cooperación macroeconómica.

Es hora de renegociaciones conjuntas de las deudas, desestímulo a devaluaciones competitivas y un mercado regional de títulos públicos. Es fundamental potencializar los estudios e investigaciones en ese tema, considerando cómo podrían crearse o reactivarse instrumentos de Integración Financiera en América Latina.

*** Docente del PPG-ICAL/UNILA. Coordinador del OBIESUR. Editor de la Revista La Espada. Pesquisador del NEEGI.**



40 AÑOS DE LA ALADI

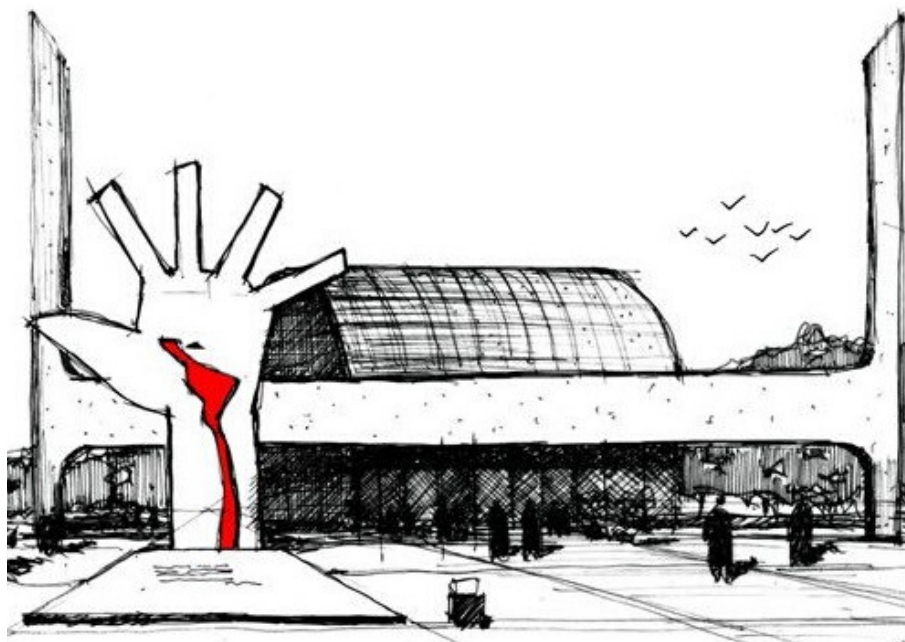
La más antigua iniciativa institucional de integración latinoamericana

Sofía Escobar Samurio*

En agosto del presente año, la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI) cumple 40 años de existencia y, si consideramos a su predecesora, la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio (ALALC), serían 60 años de vida institucional. A pesar de las diferencias de carácter y contexto en el que surgen, forman parte del mismo proceso institucional cuyo denominador común es la integración comercial en vías a la conformación de un mercado común regional. La ALALC/ALADI es la iniciativa institucional de fomento a la integración comercial más antigua y más amplia, pues su objetivo era abarcar a todos los países de América Latina y el Caribe.

La ALALC surge en febrero de 1960 por el Tratado de Montevideo, con el objetivo de establecer, como su nombre indica, una zona de libre comercio en el plazo de 12 años entre los Estados firmantes: Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, México, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela. Desde la perspectiva actual, el establecimiento de una zona de libre comercio puede parecer algo limitado, sin embargo, en el contexto en que surge no lo era.

Al final de la Segunda Guerra Mundial, se celebran una serie de acuerdos internacionales que crean la arquitectura institucional vigente hasta hoy, entre ellas en



Acuerdo General de Tarifas y Comercio (GATT) en noviembre de 1947. El GATT era un acuerdo multilateral con el objetivo de definir un marco regulatorio para el comercio internacional, así como una instancia de negociación tarifaria y de las condiciones de comercio. El acuerdo establecía en su artículo primero la cláusula de la nación más favorecida, la cual determinaba que cualquier ventaja o privilegio que fuere concedido a uno de los Estados parte debía ser inmediata e incondicionalmente extendida al resto de los Estados firmantes.

Esta cláusula, aún vigente en la Organización Mundial del Comercio (OMC), sucesora del GATT, contempla formalmente algunas excepciones, entre ellas, las más importantes son: Zonas de Libre Comercio, Uniones Aduaneras y acuerdos de tratamiento preferencial. De esta forma, la ALALC permitió sembrar

la institucionalización de la integración comercial entre los países de América Latina, la periferia del Sistema Internacional. A pesar de que la Asociación fue muy criticada por no alcanzar el objetivo que se trazó, la misma tuvo el papel de colocar algunos cimientos en el proceso de institucionalización de la integración regional y fomentar el comercio intrarregional en detrimento del comercio con los países centrales.

El Tratado de Montevideo de 1980 establece el nacimiento de la ALADI, integrada por Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Cuba, Ecuador, México, Panamá, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela. La misma se propuso como objetivos: reducir gradualmente las trabas al comercio, impulsar el desarrollo económico y social de forma equilibrada. Así como la cooperación entre sus miembros, estableció mecanismos para la integración regional y

un área de preferencias económicas que caminara hacia el establecimiento de un mercado común latinoamericano. En comparación a la ALALC, la ALADI fue configurada como una institución más abierta, flexible, plural y que reconoce los diferentes niveles de desarrollo económico de sus miembros.

Los mecanismos previstos por la ALADI son la Preferencia Arancelaria Regional (PAR), otorgada a todos los países miembros; Acuerdos de Alcance Regional (AAR); relativos a apertura de los mercados; cooperación científica, tecnológica y en áreas educacionales; promoción del comercio. Los Acuerdos de Alcance Parcial (AAP) buscan la promoción del comercio, complementación económica, entre otros. El Mercado Común del Sur (Mercosur) es un Acuerdo de Alcance Parcial de Complementación Económica en el marco de la ALADI.

Los avances en el comercio intrarregional negociado en el marco de los acuerdos celebrados en la ALADI pasó por diferentes fases a lo largo de los años. Entre 1993 y 1997 hubo un aumento moderado que se mantuvo bastante estable hasta 2002, y de ese año hasta 2008 se registró un crecimiento sostenido que sufrió

una pequeña interrupción en 2009, a consecuencia del impacto de la crisis financiera de 2008. Entre 2011 y 2013 se registraron los años de mayor flujo comercial intrarregional llegando a US\$ 140 mil millones. Este aumento tiene que ver con el efecto positivo del boom de las commodities, pero también con el esfuerzo político de los gobiernos, en particular de Brasil, que priorizaron la integración regional. De 2014 en adelante, el comercio intrarregional ha presentado una tendencia decreciente y tiene relación con tres factores: falta de acuerdos comerciales que regulen y faciliten los intercambios, débil infraestructura y limitado financiamiento, tanto del comercio como de la infraestructura.

Con relación a este último, la ALADI contaba hasta hace poco tiempo con el Convenio de Pagos y Créditos Recíprocos (CCR), creado en 1966 y relanzado en 1982, en el marco de la crisis de la deuda externa y la consecuente restricción de divisas en la región. El acuerdo establecía la cooperación multilateral entre los Bancos Centrales de la región con el objetivo final de alcanzar la integración financiera y monetaria. El CCR buscaba facilitar la canalización de pagos,

reducir los flujos de divisas entre los miembros y estimular la relación entre las instituciones financieras de la región. En abril de 2019, mediante una circular del Banco Central, Brasil se retiró unilateralmente del Convenio.

El CCR fue una herramienta muy utilizada para el comercio intrarregional. Desde los años 1980 hasta 1993, más de la mitad de los flujos comerciales eran realizados por medio del convenio. El Acuerdo de Basilea I (1988) fue negociado entre los Bancos Centrales de los países más ricos de Europa, frente a las presiones de Estados Unidos ante la reducción del poder de señoreaje del dólar. Estableció límites en la emisión de crédito, lo que acabó dificultando la utilización del mecanismo. En vistas al desmonte y vaciamiento de los acuerdos de integración regional, debido a la falta de perspectiva estratégica de los gobiernos, en un contexto de profunda crisis económica internacional, recordamos la importancia de instituciones como la ALALC/ALADI que tuvieron y tienen un papel substancial en el proceso de integración regional.

*** Doctoranda de la UnB e
becaria investigadora de IPEA.
Miembra del OBIESUR.**



COMÉRCIO INTRA-REGIONAL DO BRASIL E ASSIMETRIAS

Livre mercado deve agravar disparidades
Camila Caresia Wexell Severo*

Somente por meio do comércio não serão resolvidos os problemas da construção de uma América do Sul integrada e equitativa. O comércio, dependendo da estratégia dos países mais desenvolvidos da região, pode ser um agente que amplie ou reduza a distância entre as economias sul-americanas. Sob esta perspectiva, este ensaio pretende analisar a evolução das assimetrias comerciais, desde um olhar brasileiro e de estratégia dos governos. Por assimetrias comerciais entende-se a razão entre exportações (A) e importações (B), ou seja, A/B.

Durante o período chamado “progressista”, de 2003 a 2014, a integração ganhou espaço na agenda regional, sobretudo com a ideia de que a América do Sul pudesse se tornar um polo de poder no Sistema Internacional. Com a intensificação de iniciativas integradoras, aumentaram também as preocupações com relação à distância entre as economias que compõem o bloco. Era um anseio comum que o fomento à integração em suas várias dimensões se convertesse em desenvolvimento dos países e redução de assimetrias.

Em 2005, a assimetria comercial do Brasil com a América do Sul era de 1,98. Ou seja, para US\$1 importado pelo Brasil, o



país exportava US\$ 1,98. Nos anos seguintes a diferença caiu de forma gradual, até chegar a 1,22 em 2014. A importância dos sul-americanos no total das exportações brasileiras passou de 13,8%, em 2003, para 16,2%, em 2014, período em que as vendas totais cresceram 3,1 vezes. No mesmo período, o peso das importações brasileiras vindas de países vizinhos passaram de 15,8% para 13%, com alta de 4,7% das compras do Brasil.

Nesse período, cabe destacar que entre os países da América do Sul, a Argentina foi a relação menos assimétrica do Brasil, com uma média de 1,25. Com a Bolívia, o Brasil teve déficit comercial em todo o período. A Colômbia foi o país com o qual mais se reduziu a assimetria, passando de 7,59 para 1,38. Já a Venezuela foi a relação mais instável e desigual (excluídos Suriname e Guiana).

Em contrapartida é importante ressaltar que de 2003 a 2014 o

Paraguai foi a exceção, o único país sul-americano que teve aumento da assimetria a favor do Brasil, passando de 1,48, para 2,63, com picos de 4,1, em 2006, 2010 e 2011.

Desde 2014, a América do Sul vem passando por turbulências diversas. No caso brasileiro, de maneira bastante resumida, houve um afastamento das agendas de desenvolvimento e integração, seguidos por uma crise econômica e política que culminaram em um golpe institucional, através de um processo de impeachment. Na sequência houve troca de presidentes e novas eleições. Em 2019, assume Jair Bolsonaro, opositor declarado do processo de integração sul-americana e representante de um grupo que vê as grandes assimetrias dos países da América do Sul como argumento para se aproximar das grandes potências, principalmente Estados Unidos e União Europeia.

A política externa de Bolsonaro é, segundo o próprio, o “alinhamento automático com os Estados Unidos”. Para isso, o país desde o ano passado vem adotando uma série de medidas como a implementação de cotas de importação sem tarifas e, também a pedido dos Estados Unidos, concordou em sair da lista de países com tratamento diferenciado da Organização Mundial do Comércio (OMC), supostamente em troca do apoio à adesão rápida do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que não aconteceu.

Brasília também se empenhou no objetivo de assinar o acordo do MERCOSUL com a União Europeia, que deve facilitar o acesso de produtos industriais da Europa pela América do Sul e, em menor escala, de produtos agrícolas do Mercosul nos países da União Europeia. Menor escala porque o setor agrícola europeu é basicamente protegido por subsídios, o que seguirá acontecendo, e não por tarifas. E a prevalecer essas condições, a tendência é o aceleração da desindustrialização regional.

Nos anos após 2014, o desequilíbrio comercial se comportou de maneira instável. Em 2015 a assimetria do Brasil com a América do Sul, começou a subir rapidamente atingindo em 2017 níveis de 2006. Em seguida, voltou a cair. Esse movimento acontece em meio a um cenário, em toda a região, de fuga de capitais, queda das bolsas e desvalorização das moedas locais em relação ao dólar.

Nesse cenário destaca-se o caso da Venezuela, país em profunda

crise, com o qual a assimetria passou de 3,8 em 2014 para 5,2 em 2019. Nos primeiros três meses de 2020, saltou para 17,2. No caso da Bolívia, houve uma inversão significativa. Em três dos últimos cinco anos o país teve déficit comercial com o Brasil, devido à redução das compras brasileiras de gás natural, em renegociação no momento. Novamente no contraponto, a assimetria com o Paraguai caiu, e em 2019 encontrou seu nível mais baixo desde 2003, chegando a 1,9.

No caso dos Estados Unidos, apesar do discurso entusiasta de Brasília, manteve-se o déficit comercial em 2019. E, este ano, somente de janeiro a março o déficit já chegou a US\$ 2,7 bilhões. As vendas para os Estados Unidos até março de 2020 caíram para 10% do total das exportações brasileiras (eram 12% em 2014 e 22% em 2003), enquanto as importações alcançaram 18,9% do total (eram 15,3% em 2014 e 19,8% em 2003).

Com a União Europeia, o Brasil teve superávit nos últimos três anos. Mas este resultado não significou expansão comercial, ao contrário, de 2013 a 2019 as exportações brasileiras para o bloco europeu caíram 24,8% e as importações, 34,2%. Ou seja, o saldo positivo ocorreu porque as importações diminuíram, em função da recessão no país. A União Europeia, que representava 25,7% das exportações brasileiras em 2003, encerrou 2019 com 15,9%; no período, as importações passaram de 27%, para 18,2%.

Parte significativa dessas perdas relativas foram ocupadas pela China, que desbancou os Estados Unidos se tornando, nos últimos

anos, o principal sócio comercial do Brasil. Em 2003, o país exportava 6,2% da sua pauta para a China e importava 4,4%. Em 2019 já eram 28,1% e 19,9%, respectivamente. O país asiático foi responsável por dois terços do saldo comercial brasileiro nos últimos anos. Apesar disso, desde o ano passado o governo brasileiro tem dado diversos motivos para o estremecimento dessa relação.

É importante levar em consideração que quando não há estratégia de integração voltada para a redução de assimetrias, quando se deixa o livre mercado decidir, quando há uma visão de que a América do Sul forte não é importante para a estratégia externa brasileira, a integração comercial pode agravar as assimetrias, separando os países mais desenvolvidos, no caso o Brasil e a Argentina, dos demais.

***Economista. Mestranda no PPG-ICAL/UNILA. Bolsista DS/UNILA. Pesquisadora do OBIESUR.**



CAMINHOS MANUFATUREIROS

Distintas opções de Brasil e Argentina

Cláudio Magalhães Santana*

Ainda breve história independente de Brasil e Argentina é marcada por regulares oscilações da capacidade de produção de bens com maior ou menor valor agregado.

No período pós-independência o Brasil, transformado em Império, passava aos novos tempos imerso em um cenário de decadência da exploração aurífera em seus domínios e, ao final daquele século, via começar a desabrochar a economia cafeeira que seria o motor da economia brasileira em boa parte dos anos 1900.

Pelo lado argentino, a elite criolla, portenha, saía como a maior vencedora da desagregação do vice-reinado do Rio da Prata. Tinha como setor motriz a produção de gado nos pampas. Logo após a sua dissociação da metrópole espanhola, tornou-se o principal fornecedor de gado e seus derivados para a Inglaterra, maior potência industrial na época.

Exportar gado é diferente de exportar café. Ser o exportador preferencial de gado para a maior potência industrial do momento é muito distinto de desenvolver uma cultura cafeeira incipiente.

Foi nesse cenário que a economia argentina passou a prosperar no final do século XIX e início do século XX. Entre 1886 e 1914 o produto nacional bruto argentino saltou de US\$ 1 bilhão para a cifra de US\$ 15 bilhões.

Nesse cenário um abrupto processo de urbanização em Buenos Aires se solidificou e trouxe consigo o aumento da demanda de bens de consumo industrializados.

Foi assim que a Argentina se tornou a economia mais próspera da América do Sul daquele período. Às vésperas da crise de 1929, 90% dos bens de consumo argentinos eram produzidos por sua indústria nacional e sua participação no PIB equivalia a 22,8%. Para se ter uma ideia, o Brasil cafeeiro tinha índices bem inferiores naqueles anos, apenas 11,7% do PIB brasileiro derivavam da produção industrial.

O período posterior ao marco da crise de 1929 alteraria as tendências das duas economias sul-americanas até então. Enquanto o governo brasileiro, sob o comando de Getúlio Vargas, direcionava seus esforços rumo à industrialização, a Argentina de José Uriburu se notabilizava pelo esforço agrário simbolizado no acordo "Roca-Ruciman", que garantia à Inglaterra cotas de importação de carne sob um regime especial de câmbio.

O Brasil, de maneira geral, seguiria até meados da primeira metade dos anos 1980 sob um regime industrializante. Enquanto que a Argentina, ressaltado o período peronista, seria regida sob políticas prioritariamente agrícolas.

Quando auferimos os dados da

evolução da renda per capita nesse período, vemos o papel central que a produção de bens com maior valor agregado exerce sob as condições materiais das nações. Segundos dados do "Maddison Project" a renda per capita brasileira no período de 1930 até 1985 cresceu 5,74 vezes. Enquanto que para o mesmo período a argentina cresceu 1,76



vezes. Verifica-se que o incremento da riqueza em um país dedicado ao esforço industrial é notável frente a outro que se dedicou, via de regra, à especialização agrícola.

Na década de 1980 um outro cenário tomava forma. Iniciada ainda durante os anos 1970, a estrutura neoliberal e suas instituições representadas, como FMI e Banco Mundial, passaram a regular os Estados Nacionais e a restringir as possibilidades de adesão às políticas desenvolvimentistas mundo afora.

Tanto o Brasil quanto a Argentina passam a experimentar um processo de desindustrialização identificado sob a ótica da produção, da renda, do emprego, etc. No caso brasileiro apenas o período entre 2004 e 2008 foi de ascensão industrial, como um repique curto na tendência declinante de longa duração.

Na Argentina o processo foi parecido, com algum alargamento de políticas industrializantes mesmo no pós-crise de 2008, mas com um quadro de destruição industrial abrupta durante os anos 2017-2019. A desindustrialização dos dois países pode ser percebida nas cadeias internas de produção, pois parcelas cada vez mais relevantes de insumos industriais passaram a ser importados ao invés de serem produzidos internamente.

Brasil e Argentina, sob governos distintos, começam a década de 2020 com visões antagônicas sobre o processo industrial. Enquanto o Brasil vê com temeridade a utilização de mecanismos estatais para tutelar



a indústria rumo ao desenvolvimento tecnológico e, portanto, de maior valor agregado. A Argentina traz ao governo economistas de tradição desenvolvimentista e se propõe a utilizar centralmente o mecanismo estatal para desenvolver suas pequenas e médias empresas manufatureiras.

A estrutura macroprudencial voltada ao neoliberalismo sofre abalos promovidos pela potência econômica que a elaborou, os Estados Unidos. Há, inclusive, a possibilidade do mundo passar por uma nova transformação estrutural.

Os Estados Unidos atacam as instituições internacionais de maneira a revidar os ganhos de produtividade alcançados por países asiáticos, sob liderança chinesa. Dessa forma, ajudam a abrir uma janela de oportunidade para mais países adotarem medidas ousadas, "heterodoxas", do ponto de vista da produção manufatureira.

A crise do Covid-19 pode vir a

acelerar esse processo de alteração de estruturas, haja visto as recentes políticas adotadas por diversos países do centro do capitalismo, formuladores do Consenso de Washington, que passam longe dos princípios de "prudência" com os fundamentos econômicos, conforme os pressupostos neoliberais.

Há contingenciamento de comércio internacional, reconversão industrial, emissão de trilhões de dólares pelo Federal Reserve estadunidense, e mais de € 1 trilhão pelo Banco Central Europeu, para enfrentar a crise. A fantasia está rasgada. Resta saber qual estratégia sairá vencedora para os ganhos tecnológicos entre os países irmãos do Cone Sul.

A proposta do ministro Paulo Guedes, de responsabilidade fiscal sobreposta à participação ativa do Estado e a aposta no capital privado e no Investimento Estrangeiro Direto como ativadores do parque fabril brasileiro?

Ou a dos ministros Martín Guzmán e Matías Kulfas que, mesmo dirigindo um país abalado pelo desastre econômico do período Macri, apostam as fichas na participação ativa do Estado como agente principal do desenvolvimento das indústrias argentinas?

Um "pitaco": no Brasil há dois setores de grande sucesso tecnológico, o setor petroquímico e o aeronáutico... alguém diria que nesses dois setores a participação do Estado não foi e não segue sendo decisiva?

***Economista. Mestrando do PPG-ICAL/UNILA. Pesquisador do OBIESUR.**



MAQUILADORAS NO PARAGUAI

Interpretando as Cadeias Globais de Valor (CVG)

Daniela Schlogel*

O caso geral de concorrência no mercado capitalista é configurado por oligopólios. A partir do final do século XX, as empresas oligopolistas se tornaram transnacionais e fragmentaram a sua produção, formando as Cadeias Globais de Valor como forma de buscar estratégias de redução de custos. Neste contexto, o Paraguai criou um programa de incentivo à criação de maquiladoras, com o objetivo de internalizar etapas da produção global.

A formação dessas cadeias internacionais está relacionada a dois fatores. Em primeiro lugar, o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, que permitem a fragmentação do processo produtivo e o tornam possível. Em segundo lugar, o desenvolvimento de modelos de coordenação da produção, nos quais existe uma relação de troca estruturada intra-firmas. Tais avanços permitiram que países subdesenvolvidos e dependentes conseguissem alcançar processos que antes eram produzidos apenas nos países centrais. Em

geral, os processos capturados pelos países periféricos do sistema capitalista mundial são aqueles que agregam menos valor.

Sabe-se que a área de Pesquisa e Desenvolvimento é a que mais agrega valor ao produto, seguida das etapas de definição do design e das compras dos fornecedores. A fase tangível, da produção propriamente dita, é a que menos agrega valor ao produto. Após a produção, a quantidade de valor agregado volta a se intensificar nos momentos de definição da distribuição, do marketing e da venda. Todo este esquema se intensificou na economia internacional entre os anos 1970 e 2000.

O regime de maquila cria condições para que companhias estrangeiras contratem empresas locais com o objetivo de realizar algum processo relacionado à elaboração, reparação ou montagem de um produto que depois será reexportado. O país que atrai a maquiladora, teoricamente, se beneficia com a transferência de tecnologia, com

a geração de empregos e atração de investimentos, enquanto as empresas estrangeiras são favorecidas pela redução dos custos de produção e da posição geográfica da maquiladora. Nas últimas décadas, alguns países da região optaram por esse caminho. Os exemplos mais conhecidos são os do México e da Costa Rica. Mais recentemente, o Paraguai também desenvolve políticas com a finalidade de se inserir nas cadeias globais, buscando capturar a fase de produção tangível das mercadorias por meio do regime de maquilas.

No Paraguai, a Lei de Maquila foi criada em 1997 e regulamentada nos anos 2000, quando efetivamente entrou em funcionamento. De acordo com a referida norma, empresas paraguaias são constituídas com a finalidade específica de serem maquiladoras. Assim, recebem os componentes da companhia estrangeira contratante em um regime de importação temporária e, depois de pronta, a mercadoria finalmente é exportada para o destino final. A lei estabelece que

as maquiladoras podem vender ao mercado nacional até 10% do montante exportado no ano anterior.

O programa de maquila paraguaio está dividido em três etapas que supostamente levariam o país a desenvolver a sua indústria em um período de 12 a 15 anos. Na primeira etapa, seriam instaladas maquiladoras em todo país, atraindo investimento sem a necessidade de endividamento público. Em um segundo momento, as maquiladoras comprariam matérias primas e produtos da indústria nacional e a subcontratariam empresas paraguaias. Em uma fase final, já teria ocorrido a transferência de tecnologia e as empresas paraguaias possuiriam condições de produzir bens com conteúdo 100% nacional.

Em 2020, passadas duas décadas desde que o Programa de Maquilas paraguaio começou a funcionar, o país ainda se encontra na primeira etapa, promovendo esforços para atrair empresas estrangeiras. De acordo com a Cámara de Empresas Maquiladoras del Paraguay (Cemap), as casas-matriz das indústrias maquiladoras estabelecidas no país estão sediadas essencialmente no Brasil (69% do total), no Uruguai (12%) e na Argentina (4%).

Os setores no quais o Brasil está inserido são, principalmente, autopeças, confecções e têxteis, couros e suas manufaturas, metalúrgica, tintas, plásticos e serviços. As maquiladoras estão instaladas, sobretudo, nos departamentos Central e do Alto Paraná, região próxima à fronteira trinacional, na área composta por Puerto Iguazú, Foz do Iguazú e

Ciudad del Este.

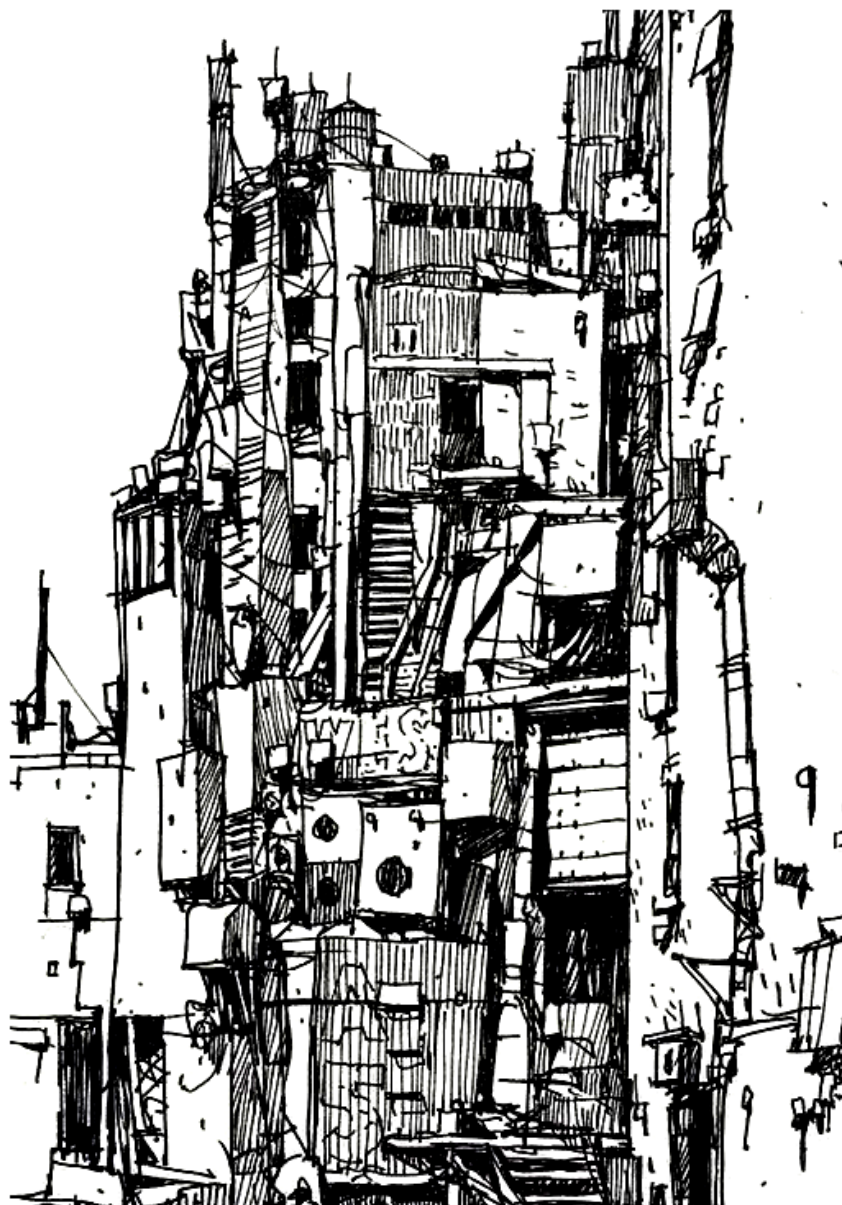
Identifica-se a limitada geração de empregos e a reduzida arrecadação tributária. Nota-se que o Paraguai possui uma população de 6,8 milhões de habitantes, dos quais 3,4 milhões (ou 50%) são economicamente ativos. As maquiladoras geraram, desde 2001, cerca de 11.554 vagas, ou seja, cerca 0,3% da população ocupada em 2017.

Com relação aos impostos, as maquiladoras têm a obrigação de pagar ao governo paraguaio 1% sobre o valor agregado do produto em território nacional. Quanto às condições de trabalho, as maquiladoras seguem as leis

nacionais.

Por um lado, com a fragmentação produtiva, os países subdesenvolvidos se encarregam das etapas inferiores do processo, enquanto as fases de maior geração e apropriação de riqueza ficam reservadas aos países centrais. Por outro, no caso da maquila no Paraguai, o que se observa é a marcada presença de empresas brasileiras, demonstrando que mesmo entre países periféricos pode existir uma hierarquia.

***Economista. Doutoranda do PPG-DE/UNICAMP. Pesquisadora do OBIESUR.**



INTEGRACIÓN ENERGÉTICA REGIONAL

Transición energética en la coyuntura actual

Astrid Yanet Aguilera Cazalbón*

La idea de un cambio profundo en las estructuras de la matriz energética mundial viene siendo discutida desde las crisis mundiales del petróleo de 1973 y 1979. A partir de entonces, la búsqueda de alternativas al petróleo ingresó en la agenda de gobiernos y organizaciones internacionales. Con la reciente crisis del petróleo ocasionada por la reducción abrupta de demanda que provocó la pandemia (COVID-19), quedó en evidencia la aceleración del proceso de transición energética en curso, aún en fase inicial, asociado también a cambios tecnológicos significativos y una mayor participación de fuentes renovables y más limpias en la generación eléctrica.

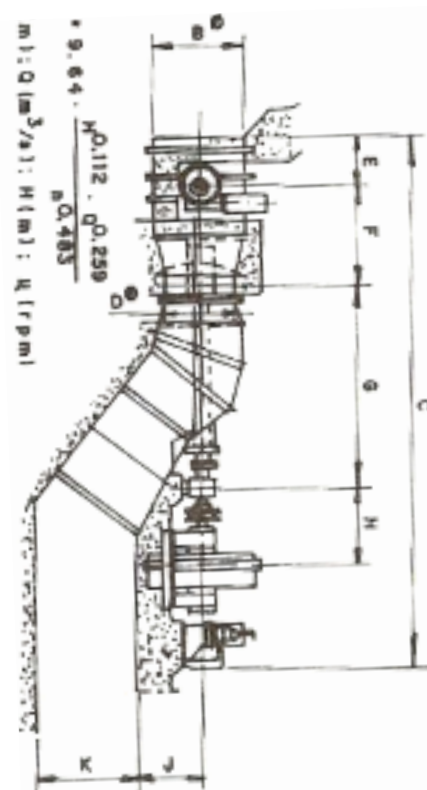
La electricidad es un servicio básico, y dentro del contexto de emergencia sanitaria las medidas para asegurar su suministro se tornan aún más importantes. Este no solamente será esencial durante el transcurso de la pandemia, sino que será fundamental para la posterior recomposición de la economía. América Latina puede buscar soluciones que de forma conjunta aseguren el suministro y viabilicen una salida a las múltiples crisis.

Gran parte del territorio de la región cuenta con elevado potencial para la generación de fuentes

como eólica, solar, biomasa y hidráulica, entre otras. América Latina será el continente con menor porcentaje de combustibles fósiles en la generación eléctrica para 2040. Según Enerdata, la participación de las renovables aumentará aproximadamente un 66%. Esto alteraría el sistema de generación y algunas áreas productoras en los países de la región. A la vez contribuiría a la descentralización y democratización de la producción de electricidad.

Muchos trabajos han sugerido a la integración regional de la infraestructura energética como una estrategia de autosuficiencia y soberanía. Su consolidación permitiría a la región elegir libremente y con autodeterminación las políticas de producción, consumo y distribución, de infraestructuras y de financiamiento. Sin embargo, la gran dependencia de capitales extranjeros para financiar infraestructura, sumadas al bajo contenido tecnológico y los reducidos niveles de industrialización que predominan en América Latina, siempre han configurado los principales impedimentos. Además, durante mucho tiempo ha prevalecido la falta de interés de los organismos regionales por promover la integración.

La estrategia de la integración energética regional se puede alcanzar mediante diversos mecanismos de cooperación, creación y fortalecimiento de instituciones. La construcción de infraestructura es una de las formas más eficientes de mantener la integración. Su carácter de largo plazo obligaría a los gobiernos a mantener acuerdos por varios años. Por otro lado, puesto que la infraestructura de electricidad es considerada un tipo de infraestructura crítica, toda estrategia al respecto debe contemplar un nivel de análisis geopolítico y de la distribución



geográfica de los recursos.

Al analizar el estado actual de las interconexiones eléctricas internacionales y centrales binacionales de la región suramericana, es posible identificar que se concentran en las áreas de gran disponibilidad de recursos hídricos (por ejemplo, la cuenca del Plata, donde están Itaipú y Yaciretá) y con alta radiación solar (frontera norte de Argentina-Chile). Gran parte de las interconexiones que se encuentran en fase de estudio, se localizan en las áreas con elevado potencial eólico (frontera Chile-Argentina; frontera Brasil-Guayanas) y solar (frontera Perú-Bolivia-Chile). Estas interconexiones evidencian la viabilidad de proyectos conjuntos que promuevan la comercialización de energía o la construcción de empresas binacionales en esas áreas.

Es factible que, ante las circunstancias actuales de crisis sanitaria y económica, suceda un acercamiento regional entre los países y organismos de la región

encargados de impulsar la integración energética. Un artículo reciente de la Organización Latinoamericana de Energía (OLADE), sugiere que con apoyo de organizaciones técnicas y políticas de la región se podría negociar la firma de un tratado de integración energética que impulse a las energías renovables. Un reciente informe de la CEPAL también ha señalado que es necesario avanzar hacia un modelo de desarrollo más sostenible a través de una mayor integración.

El contexto de alta volatilidad financiera global y altos niveles de endeudamiento en América Latina, que correspondieron a un 44,8 % del PIB en 2019, la escasez de divisas podría demandar que interconexiones de infraestructura fuesen financiadas por órganos regionales para reducir la vulnerabilidad externa. OLADE propone que organizaciones financieras internacionales (Banco Interamericano de Desarrollo - BID, Banco Mundial, Banco de Desarrollo de América Latina -CAF

y el Banco Centroamericano de Integración Económica -BCIE) consoliden un fondo de integración regional.

De acuerdo con la Organización, "el Tratado podría incluir un compromiso para que los firmantes integren sus sistemas energéticos a más tardar en 2025 y, a partir de ese año, sólo se construyan plantas de generación eléctrica a partir de energías renovables en la jurisdicción de los firmantes". La integración en la región permitiría consolidar un amplio y altamente urbanizado mercado de 635 millones de personas. Según la CEPAL, en 2018, la electricidad tuvo una participación de un 2,5% en el PIB de América Latina y el Caribe, representando así un valor muy por debajo de otros sectores que requieren altas tecnologías.

Para la pronta consolidación de estas propuestas, se requieren una serie de negociaciones con el sector privado, mayor cooperación regional y una compleja interrelación de diferentes variables (políticas públicas, conflictos sectoriales e innovaciones tecno-lógicas, por ejemplo). También sería necesaria la reestructuración o renovación de organismos regionales que promuevan la integración de infraestructura, principalmente de la arquitectura financiera. De resolverse algunos de los planteos, la estrategia de integración energética parece una opción viable aún dentro del contexto actual adverso.

***Economista. Mestranda no PPG-ICAL/UNILA. Bolsista DS/UNILA. Pesquisadora do NEEGI e GT Crisis y Economía Mundial (CLACSO)**





ROMPER COM A MEDITERRANEIDADE

Bolívia e a Hidrovia Paraguai-Paraná

Carla Paulino da Costa Feres*

Durante a sua história, a Bolívia foi presenteada com um leque de riquezas naturais, como a prata, o estanho e, atualmente, o gás e o lítio. Sem embargo, sofre, desde a sua formação territorial, como Nação independente, com dificuldades logísticas para participar do comércio internacional. Entre os séculos XVIII e XX, passou por três grandes perdas territoriais, resultados de conflitos com nações vizinhas. Apesar da complexidade dos eventos históricos, o intuito é identificar as suas consequências e sublinhar a importância da Hidrovia Paraguai-Paraná para a Bolívia.

O primeiro cenário bélico ocorreu na Guerra do Pacífico (1879-1884), envolvendo Chile, Peru e Bolívia. Esse conflito resultou na perda do território costeiro boliviano no oceano Pacífico. Já a Questão do Acre (1903) não significou apenas o abandono da região para o Brasil, mas a diminuição das possibilidades de saída da Bolívia para o oceano Atlântico via Bacia Amazônica. Por fim, a Guerra do Chaco (1932-1935) contra o Paraguai custou a perda da faixa ribeirinha na Hidrovia Paraguai-Paraná e o comprometimento da via de saída pela Bacia do Prata. Ou seja, em 50 anos a Bolívia traçou o seu destino para a

mediterraneidade. Argumenta-se que a perda de articulação com os oceanos se traduzia em dificuldades no desenvolvimento econômico e na constante dependência dos vizinhos para continuar exportando e importando.

Entretanto, apesar das dificuldades impostas, ora pela própria natureza, ora pela formação político-territorial do Estado boliviano, as obras de infraestrutura contribuem para amenizar a condição mediterrânea do país. A partir de 2000, quando ocorreu a I Reunião com a presença de todos os Chefes de Estado Sul-americanos, consolidou-se a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional sul-americana (IIRSA). Em 2009, o mecanismo de articulação passou a ser denominado Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan). O objetivo era impulsionar o processo de integração, via projetos comuns, visando a infraestrutura de energia, transportes e comunicações. Para sistematizar os trabalhos, os projetos foram distribuídos em Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) e subdivididos em grupos. Os eixos são faixas que abrangem porções de terras multinacionais que

dividem os mesmos espaços naturais, assentamentos humanos, áreas produtivas e fluxos comerciais. Para cada EID são identificados os requisitos de infraestrutura física, com o objetivo de promover interconexão intraregional e de possibilitar o planejamento de investimentos e proporcionar um aumento do grau de bem-estar social dos sul-americanos. Argumenta-se, portanto, a importância do Eixo Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) para a dinâmica internacional da Bolívia.

Este eixo abrange 23% da América do Sul, estendendo-se desde o estado do Mato Grosso (MT) até a desembocadura do rio Uruguai, no Atlântico. Percorre, assim, cinco países - Brasil (51,7%), Argentina (24%), Bolívia (11,4%), Uruguai (3%) e Paraguai (10%), com uma extensão de aproximadamente 4,2 milhões de Km². Essa porção destaca-se por representar 29,3% de toda a população e 34% do PIB sul-americano. Possui um modal rodoviário consolidado entre os principais centros industriais e os portos exportadores da região, além de ser um importante ponto de conexão ferroviária e fluvial, principalmente para o transporte de insumos agrícolas exportáveis.

Na carteira da IIRSA/Cosiplan, o eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná

possui 84 projetos de integração de infraestrutura, sendo que mais de 90% estão concentrados em obras de transporte, principalmente para os modais rodoviário e fluvial, com recursos que ascendem a US\$ 5,9 bilhões. O montante se justifica pela riqueza de vias navegáveis com grande potencial, principalmente pelas possíveis ampliações do comércio e reconfigurações de logística. Os demais projetos são do setor energético (sete) e de comunicação (apenas dois), com financiamentos de US\$ 1,5 bilhão e US\$ 7 milhões, respectivamente.

Dentro do Eixo em questão, o Grupo 1 (Rio Paraguai, Assunção - Corumbá) envolve obras na Bolívia. Os demais grupos não atuam diretamente no país, mas as suas obras viabilizam a rota de saída fluvial para o mar pelo sul. Dessa forma, atuam no sentido de propor a reabilitação dos trechos fluviais, construção e melhoria de portos, criação de opções multimodais para escoar bens para exportação (ou mesmo para importação), por meio de ferrovias e pavimentação ou duplicação de estradas.

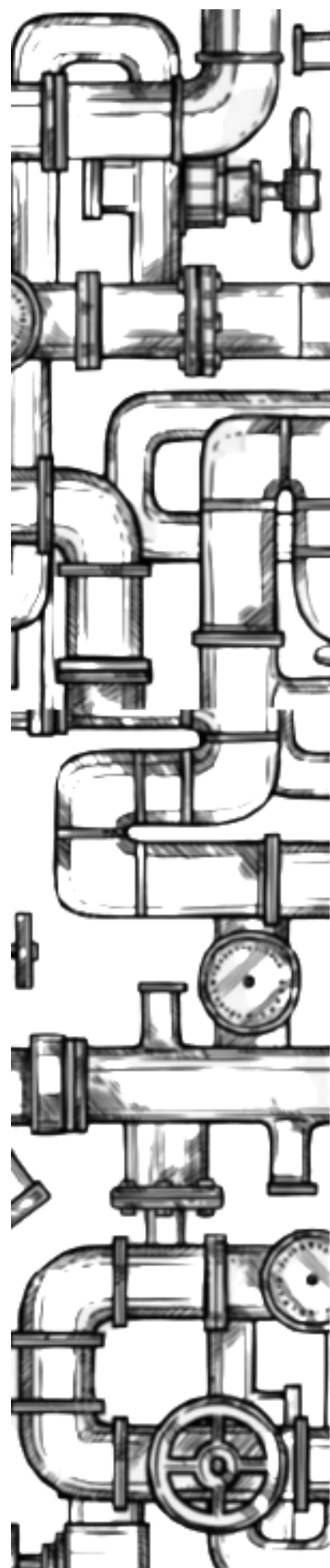
O componente geográfico mais importante do Eixo é sua rede fluvial. O modal aquaviário é vantajoso por transportar grandes volumes com custo reduzido, menor consumo de combustível por tonelada, baixos índices de acidentes, menor emissão de poluentes e baixo impacto ambiental. Em relação à Bolívia, observa-se um baixo volume comercializado pela Hidrovia. Isso se deve às dificuldades geográficas impostas: a fronteira da Bolívia com o Brasil não é desenhada pelo Rio Paraguai,

mas sim pelo Canal de Tamengo. Apesar da existência de uma linha férrea que facilitaria o escoamento dos seus bens, o tamanho reduzido do canal força o desmembramento do comboio para uma composição menor. Esse movimento provoca, além do aumento significativo do valor do transporte, a necessidade de ratificar um acordo de permissão com o Governo brasileiro.

As obras que ganham destaque por possibilitar a utilização do modal fluvial pela Bolívia são: Melhoria da navegabilidade do Rio Paraguai, entre Apa e Corumbá; Melhoramento da navegabilidade do Rio Paraguai (Assunção-Apa); e, por fim, a Reabilitação e Ampliação do Canal de Tamengo, na fronteira com a brasileira Corumbá.

Ao mesmo tempo, existe a possibilidade de diminuir, em parte, a asfixia boliviana por outro caminho, Puerto Busch, mais ao sul, nas margens do Rio Paraguai. No entanto, esta via não conta com um respaldo multimodal, pois a proposta ferroviária está em estágio de pré-execução. Apesar do projeto da construção do porto, a Província de Germán Busch é ainda um local isolado do território. Desse modo, a nova roupagem da região se daria a partir da execução da conexão ferroviária Motacucito - Mutún - Puerto Busch, movimento multimodal que poderia facilitar a exportação do minério de ferro de Urucum e de fertilizantes, por exemplo, e modificar a dependência boliviana da exportação de gás.

*** Graduanda de Economia-UNILA e Pesquisadora do OBIESUR e NEEGI.**



LA ESPADA

REVISTA LA ESPADA - NÚMERO 22 - MAIO 2020

OBSERVATÓRIO DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DA AMÉRICA DO SUL - OBIESUR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA - PPG-ICAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA - UNILA

